

INSTITUTO
 Documentação
 SOCIOAMBIENTAL
 Fonte *Jornal do Commercio (PE)*
 Data *27/6/1998* Pg
 Class. *Pesqueira 67*

O valor de uma vida

A Fundação Nacional do Índios (Funai) enviou de Brasília ao Recife, na semana passada, um advogado para acompanhar as diligências sobre o assassinato do cacique xucuru, ocorrido há mais de um mês, no interior do Estado. Trata-se de um assessor especial, segundo informa o nosso *Repórter JC* da última sexta-feira, o que sugere estar a presidência do órgão preocupada com a falta (ou o desencontro) de informações sobre as diligências policiais em torno do crime.

Como seria de esperar, as notícias de maior repercussão sobre descendentes dos índios, no limiar do Século XXI, já perto de se comemorar o quinto centenário da chegada dos europeus às terras que seus ancestrais ocupavam há milhares de anos, ou têm um conteúdo pitoresco, tendendo para o folclore, ou são tragédias inexplicáveis. E, em ambos os casos, logo depois o assunto é esquecido.

Dos índios xucurus, de Pesqueira, soube-se, também na semana passada, que quatro dezenas de mulheres invadiram as dependências da Secretaria da Educação daquele município para cobrar o pagamento de salários atrasados em cinco meses. Publicou este jornal que elas são leigas, "mas responsáveis pela educação de 1.040 estudantes de 30 escolas da comunidade xucuru". Sua missão, segundo se depreende do noticiário, é a de integrá-los os filhos dos índios na cultura dos brancos. As outras professoras vêm recebendo regularmente, elas não, porque o Ministério da Educação não havia repassado a verba respectiva. É um bom exemplo de "notícia sobre índio".

O cacique dessa mesma tribo foi morto a tiros, há mais de um mês. As lentas averiguações procedidas até agora não descartaram a hipótese de que se pretendeu atemorizar todos os integrantes da tribo, por motivos fundiários. Mas, também admitem que a causa do crime seja mais prosaica, vingança por qualquer afronta, ou até mesmo por motivos passionais. E dessa confusão, ou incapacidade, está se aproveitando o assassino, para não falar dos possíveis mandantes do homicídio.

A vinda de um assessor especial da Funai a Pernambuco deve estar ligada à demora em apurar as causas do crime, além do fato

Não pode cair no esquecimento o assassinato do cacique dos xucurus, sejam quais tenham sido os motivos do crime

de que o acontecimento foi precedido de ameaças telefônicas, algo pouco usual em assassinatos de motivação passional. Poucos estrangeiros poderiam entender o fato de índios usarem telefone, mas quem conhece um pouco o Brasil sabe que os remanescentes dos antigos silvícolas, ainda existentes em Pernambuco, vivem há séculos confinados em aldeias "protegidas pelo governo", depois que essa missão deixou de ser atribuída à Igreja Católica, ainda nos tempos coloniais.

Os xucurus formam uma das sete tribos existentes no Estado. Juntas, reúnem uma população de 19 mil pessoas. São considerados originários dos sertões, da raiz dos antigos indígenas chamados genericamente de tapuias pelos cronistas antigos (para diferenciá-los dos tupis, litorâneos, que foram por aqui quase todos exterminados pelos ocupantes brancos). Mas, na realidade, incluem também muitos descendentes dos escravos fugidos, e que escaparam da destruição dos quilombos, unidos na desgraça aos habitantes originais do país.

Esse crime, seja qual for o resultado das averiguações, que deveriam estar sendo feitas com maior diligência, nos remete infelizmente a um passado em que os colonizadores só pensaram em escravizar e destruir os primitivos habitantes do novo continente. Pouco resta a salvar, mas esse pouco tem que ser salvo. As mesmas pessoas que buscam hoje sabedoria no Oriente esquecem-se às vezes, como insistia Darcy Ribeiro, de perceber toda uma cosmogonia que ainda persiste em algumas manifestações artísticas e na medicina com base em plantas originais da terra, por exemplo.

Independentemente de qualquer consideração intelectual, porém, há a obrigação de "defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas", como manda a Constituição, ainda que os legisladores, os juizes e os defensores públicos sejam de outra etnia, adotem outros costumes e até algumas vezes falem outra língua. Com a mesma veemência com que se defendem os direitos humanos mesmo dos maiores criminosos, não se pode permitir a impunidade dos que usam armas de fogo contra os integrantes das últimas tribos, o pouco que resta das populações indígenas originais do nosso país.